



Número: **0800535-67.2020.8.15.0561**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Coremas**

Última distribuição : **20/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EMANOEL CAVALCANTI LEITE (AUTOR)		YURE PEREIRA GOMES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33431055	20/08/2020 13:29	Petição Inicial	Petição Inicial
33431065	20/08/2020 13:29	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	Outros Documentos
33431068	20/08/2020 13:29	BOLETIM DE OCORRENCIA	Outros Documentos
33431070	20/08/2020 13:29	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Outros Documentos
33431073	20/08/2020 13:29	DOCUMENTO PESSOAL	Documento de Identificação
33431075	20/08/2020 13:29	DOCUMENTOS MÉDICOS	Outros Documentos
33431078	20/08/2020 13:29	PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO	Outros Documentos
33431084	20/08/2020 13:29	PROCURAÇÃO	Procuração
33434179	20/08/2020 14:28	Decisão	Decisão

-

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA.
VARA CIVIL DA COMARCA DE COREMAS, ESTADO DA PARAÍBA

EMANOEL CAVALCANTI LEITE, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 139.401.984-04 e RG nº 363.413, residente e domiciliado no Sítio Cruz da Tereza, s/r Coremas-PB, por intermédio de seu procurador, infra-assinado, conforme instrumentário procuratório incluso vem com a devida vênua à presença de Vossa Excelência, requer a presente;

-

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

-

Contra: **LÍDER – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURO PRIVADOS E DE CAPITALIZAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 09.248.608/0001-04**, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal Logradouro R da Assembleia, nº 100, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP –20.011-904, pelos fatos, por para no final requerer:

LIMINARMENTE:

Seja concedido os benefícios da justiça gratuita, por ser o requerente pobre na forma da Lei, conforme dispõe a CF/88, art. 5º, XXXIV, e demais legislação que trata da espécie, conforme declaração de pobreza.

1 - DAS INTIMAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS



M.M. Juiz, prefacilmente requer-se que, todas as **INTIMAÇÕES** e demais publicação de estilo, sejam realizadas em nome do **DR. YURE PEREIRA GOMES**, advogado registrado na OAB/PB sob o número 20.152, sob pena de nulidade dos atos processuais subsequentes.

ADVOGADO. INTIMAÇÃO. REQUERIMENTO INDICANDO O NOME DO ADVOGADO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA – **Intimação pelo diário da justiça em nome de advogado diverso do indicado na contestação e no substabelecimento. Impossibilidade. Nulidade da intimação e dos atos decorrentes. 01. Considerando que houve pedido expresso na contestação e no substabelecimento, para que as intimações por meio do diário da justiça fossem feitas em nome de determinado advogado, tornam-se nulas as intimações feitas a outros patronos. 02.** Agravo de instrumento conhecido provido. (TJDFT – AGI 20060020100418 – 3ª T.Cív. – Rel. Des. Nídia Corrêa Lima DJU 14.12.2006 – p. 73).

-

2 - DOS FATOS:

-

Ocorre que, no dia 27 de Setembro de 2017, por volta das 16h30, o autor conduziu uma motocicleta Honda NXR 160 BROS ESDD, Ano/Modelo 2017, Placa: OFF 8522, Chassi: 9C2KDO810HR422428, Cor Vermelha, licenciada em nome de Maria Leidijane de S. Garrido de Andrade, quando foi vítima de acidente automobilístico.

O autor seguia pelo bairro Cabo Branco, Coremas/PB, próximo à oficina de Z Nilton Pintor, quando uma caminhonete de marca D20, de cor branca, ao sair do interior de uma oficina acabou invadindo a rodovia e atingiu com o autor com a carroceria do veículo.

Por conseguinte, fora socorrido pelo proprietário da caminhonete para o hospital local, onde recebeu atendimento médico e após a realização de alguns exames fora constatado que o acidente resultou em várias escoriações, fraturas no braço e ombro direito, conforme laudo anexo.

Por isso, evidencia-se a incapacidade e o direito certo a 100% da indenização ora tratada. DESTA FORMA, REQUEREU O BENEFÍCIO DO SEGURO DPVAT ATRAVÉS DA SEGURADORA LIDER, NÚMERO DE SINISTRO 318006104. CONTUDO, A REQUERIDA NÃO CONCEDEU A INDENIZAÇÃO DE FORMA EQUIVALENTE À GRAVIDADE E À REAL SITUAÇÃO DAS SEQUELAS SOFRIDAS PELO REQUERENTE. DESSA FORMA, ESSE VALOR NÃO CONDIZ COM SEU DIREITO, O QUE SERÁ PROVADO NA PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL.



Desta monta, diante de tal abuso e má-fé cometidos pela requerida, não restou outra alternativa ao requerente que senão recorrer a este juízo, que é sério, imparcial, justo e imune ao poderio econômico. Do qual, não tem deixado passar impunes os casos onde são cometidos este tipo de ilícitos civis. Requerendo, ao Equânime Julgador, que se digne a conceder o pleiteado no final, tornando o direito do requerente respeitado realizando plenamente a tutela jurisdicional.

3 – DO DIREITO:

- Uma análise sistemática do Código Civil Brasileiro nos demonstra que a reparação do dano material e moral está plasmada no nosso direito positivo, pois:

Art.186 – “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”

Art.927 – “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”

Em matéria de indenização por ocorrência de sinistro, a quitação deverá ser feita no prazo máximo de 30(trinta) dias à apresentação dos documentos comprobatórios do fato; este entendimento já se tornou pacífico em decisões judiciais e nossos Tribunais têm confirmado este raciocínio, portanto, não há o que discutir quanto ao direito do autor.

No caso em apreço, a responsabilidade da requerida é indiscutível, pois que os documentos que comprovam as despesas médico-hospitalares foram entregues:

Certamente teremos a oportunidade de ver na contestação apresentada futuramente, de que a demora no pagamento do seguro seria de responsabilidade exclusiva da parte adversa consistente no seu atraso em proceder com documentos necessários a sua quitação da cobertura pactuada.

Infelizmente, como já dito, essa é uma prática já conhecida por parte da Seguradora promovida

Como se vê demonstrado, o direito que milita em favor da parte autora está por demais cristalino, amparado, inclusive, em nossa Carta Política, que lhe reserva o direito de estar em juízo pleiteando indenização por ato ilícito, ainda que este direito não estivesse consignado no campo normativo das leis inferiores; por tratar-se de direitos subjetivos imutáveis

CF/88 - Art. 5º

- V “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem



- X “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (grifamos)

A lei no. 6.194/74, em seu art. 5º., determina que o pagamento do DPVAT mesmo que o veículo causador do acidente não seja identificado, com seguro não realizado, e com seguro vencido, mesmo assim será devido o pagamento do seguro.

A norma legal ainda determina que a seguradora terá prazo de 15 (quinze) dias para pagamento do DPVAT.

DA ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO DPVAT NO BRASIL

Torna-se oportuno ressaltar, a título de ilustração nesta oportunidade o porquê da manobra da requerida nesta demanda.

Ora Douto Julgador, parte da sociedade de nosso país, estão inconformadas com a forma como está sendo administrado, dirigido, o seguro DPVAT em nosso país, visto que, segundo a REDE GLOBO, em publicação divulgada pelo Jornal Hoje, Edição do dia 20-09-2000, onde a mesma forneceu dados informando que existe dois projetos de lei tramitando do Congresso Nacional, objetivando a extinção do DPVAT, pelo fato de o mesmo ter perdido seu caráter social, onde a rede televisiva informa que só no ano anterior foi arrecadado em nosso país mais de 1.154.000,00 (UM BILHÃO CENTO CINQUENTA E QUATRO MILHÕES DE REAIS), referente ao recolhimento do seguro obrigatório (DPVAT), sendo que, apenas 20% deste valor foi destinado ao pagamento das vítimas do seguro DPVAT, acrescentando ainda que, 34% deste valor foi rateado entre as seguradoras que militam no ramo deste tipo de sinistro. (grifo e sublinho nosso)

DO VALOR DEVIDO:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

O art. 3º., alínea a, da Lei no. 6.194/74, determina que a base para liquidação do seguro será de 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo do país, no caso de morte.

Acontece que todas as seguradoras que militam no ramo de seguros DPVAT pagar os sinistros a terceiros em contra proposta recebem pelos serviços oferecidos a sociedade todo valor pago é rateado pelo consórcio das Sociedades Seguradoras, que administram o convênio das empresas de seguro em nosso país.

O direito do Requerente é líquido e certo, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar que a conduta da demandada, é a atípica e contrária a que determina a Lei no. 8.441/92.

A violação do direito do Requerente, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio retro citado.

DA PROVA PERÍCIAL:



O art. 5º. da lei no. 6.194/74, em seu parágrafo 5º., determina:

“...O IML DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE TAMBÉM QUALIFICARÁ AS LESÕES FÍSICAS OU PSÍQUICAS PERMANENTES PARA FINS DE SEGURO PREVISTO NESTA LEI...”

O Laudo Pericial encontra-se acostado aos autos.

DA JURISPRUDÊNCIA:

- A Jurisprudência Pátria, exaurida pelos nossos tribunais já se posicionaram de maneira uníssona, se não vejamos:

A 2ª. Colenda turma Recursal Cível desta comarca, em processo similar corroborando com os julgados emanados de nossos Tribunais Superiores, exauriu seguinte Acórdão:

Recurso no. 057/2002/TC Civ.

Relator: Juiz João Batista de Sousa

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Advogado: Bel. Arlindo Carolino Delgado e Outros

Recorrido: Cícero de Oliveira Cavalcante

Advogado: Wamberto Balbino Sales.

Ementa:

“RECURSO INOMINADO CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – DANO ESTÉTICO – LESÃO PERMANENTE PRELIMINARES – REJEIÇÃO – PROCEDENCIA DO PEDIDO. APELO – REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES – INSUBSISTÊNCIA – SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS – IMPROVIMENTO DO RECURSO.”

Já quanto ao ressarcível pela seguradora, nos casos de morte e invalidez, dúvida não existe, visto que, determina a Lei no. 6.194/74, em seu art. 3º., alínea a, e ratificando essa decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça:

“SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – SALÁRIO MÍNIMO – O VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO DEVE CORRESPONDER A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS” (STJ – Res 152866 – SP – 4º. T. – Rel. Min Rui Rosado de Aguiar – DJU 29/06/1998 – P200).

Não pode nem deve, a seguradora ré, impor perante a sociedade, que as Circulares e resoluções, prevaleçam em detrimento a norma legal.

Processo no. 001.2002.006797-9

Ação: Cobrança c/c Reparação de Danos

Promovente: Eraldo Anacleto Nunes

Promovido: Sul Americana S/A

Juiz Leigo: Rossandro Farias Agra

Juiz Presidente: Octanny P. Batista



Ementa:

“PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS SEGURO DPVAT – DEFERIMENTO PARCIAL NA ESFERA ADMINISTRATIVA –

A Lei no. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização as vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez e morte, conforme dispõe o art. 3º. alínea a, determina o seguinte:

“OS DANOS PESSOAIS COBERTOS PELO SEGURO ESTABELECIDO NO ARTIGO 2 . COMPREENDEM AS INDENIZAÇÕES POR MORTE, INVALIDEZ PERMANENTE DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES, NOS VALORES QUE SE SEGUEM, POR PESSOAS VÍTIMAS.”

“b – 40 (QUARENTA) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país, no caso de invalidez”

Do contrato de Seguro

Os contratos de seguro trazem em si relação de consumo, em que o negócio jurídico celebrado entre as partes sujeita-se às normas do Código de Defesa do Consumidor

Determina o art. 757 do Código Civil brasileiro que: “Pelo Contrato de seguro, segurador se obriga, mediante pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra risco predeterminados.”

Mencionado dispositivo por si só garante direito do autor, entretanto ainda é direito se “a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos difusos”, conforme determinado no inciso VI do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor.

O art. 51 do mesmo Codex, determina que são consideradas cláusulas abusivas as cláusulas que:

o m i s s i s

V - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

E ainda:

§ 1 Presume-se exagerada, entre outros casos, a vontade que:
I – omissis

II - restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual

A atitude da Seguradora colocou o Autor em situação de desvantagem exagerada



causando desequilíbrio contratual, o que não é aceito pelo direito materia

Nesse sentido também é o entendimento de nosso Tribunal:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348 - SORRISO Relato
EXMO. SR. DES. JOSÉ FERREIRA LEITE Partes: APELANTE - BRASILSEG
SEGURADORA DO BRASIL APELADA - GENECI CARMEN COSTARELLI TJ Ement:
APELAÇÃO CÍVEL - CONTRATO DE SEGURO - CAUSAS RESTRITIVAS D
INDENIZAÇÃO - CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS JUSTAPOSTAS À APÓLICE
INEXISTÊNCIA DO CONHECIMENTO PLENO DO SEGURADO ADERENTE
DESOBRIGATORIEDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DA LEI Nº 8.078/90.

As cláusulas restritivas prevendo situações excluídas da indenização não obrigam
segurado que delas não teve conhecimento pleno no momento da celebração d
contrato de seguro.

Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso de Apelação Cível - Class
II - 20 - nº 23.348, de Sorriso. A Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estad
de Mato Grosso, presidida pelo Desembargador ERNANI VIEIRA DE SOUZA, através d
sua Turma julgadora, composta pelos Desembargadores JOSÉ FERREIRA LEIT
(Relator), JOSÉ JURANDIR DE LIMA (Revisor) e Doutor JURACY PERSIANI (Voga
convocado), decidiu, RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - CLASSE II - 20 - Nº 24.348
SORRISO -2 TJ Fls. por unanimidade, improver o recurso, nos termos do relatório e do
votos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do present
acórdão. Data: Cuiabá, 30/08/2000 (TJ115254)

Pelo exposto comprovado está o direito do Autor diante da relação de consum
amparado pela Lei 8.078/90 e pelo contrato que faz lei entre as partes e prevendo
obrigação da seguradora em indenizar o autor.

4 - DAS PROVAS

Pretende-se provar os referidos fatos por prova testemunhal, documental e tudo mai
que for em direito permitido.

5 - DO VALOR

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 8.775,00 (OITO MIL SETECENTOS E SETENT
E CINCO REAIS), para efeitos fiscais.**



6 - DOS PEDIDOS

Face ao exposto requer:

- a) seja a requerida devidamente citada, no endereço declinado nesta exordial, para querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia, ficando citada para os demais termos da presente ação;
- b) Julgar procedente o presente pedido com a condenação de todos valores devidos a requerente devidamente atualizado, **R\$ 8.775,00 (OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS), TENDO EM VISTA QUE O AUTOR SÓ RECEBEU O VALOR DE R\$ 4.725,00 (QUATRO MIL SETECENTOS E VINTE E CINCO REAIS);**
- c) a condenação da requerida ao pagamento das custas processuais, honorário advocatícios e demais cominações legais;
- d) seja designada perícia medica legal, para atestar a invalidez do requerente;
- e) que seja designada audiência de conciliação;
- f) que seja o requerente agraciado com a justiça gratuita, por ser pobre na forma da lei;

7 - ROL DE TESTEMUNHAS

-
-

As testemunhas serão apresentadas oportunamente, as quais comparecerão independentemente de previa intimação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Patos, 20 de Agosto de 2020.

YURE PEREIRA GOMES
OAB-PB 20.152



BEL. DELAMARY FIGUEIREDO MARINHO



Rio de Janeiro, 07 de Fevereiro de 2018

Aos Cuidados de: EMANOEL CAVALCANTI LEITE

Nº Sinistro: 3180061044

Vítima: EMANOEL CAVALCANTI LEITE

Data do Acidente: 27/09/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180061044**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 12353620

Pag. 00283/00284 - carta_01 - INVALIDEZ





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 518/2017 (ADITAMENTO DE BO)
Natureza da ocorrência: **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**
Data do fato: 27.09.2017 - HORA: 16:30
Data e hora da comunicação na Delegacia: 24/10/2017, às 10:16h
Sob a responsabilidade da Del. Pol. José Pereira de Souza

Notificante: **EMANOEL CAVALCANTI LEITE**, RG 363413 SSP/PB, *****,
brasileiro, casado, motorista, natural de Coremas/PB, nascido em
30.08.55, filho (a) de Manoel Cavalcanti da Silva e de Palmira
Leite Cavalcanti, residente no Sítio Cruz da Tereza Coremas/PB,
Referência: " " - Tel.: (83) 9.9972-4319.

Vítima: O (A) notificante, alcunha "****", Nacionalidade:
brasileira, naturalidade: /PB, idade: ,

nascida aos, cor/raça: ***, Estado Civil: , Profissão: ,
Escolaridade: ***, documento: RG referência: .

HISTÓRICO DO FATO

O (a) notificante, depois de cientificado (a) das penalidades
cominadas ao art. 299 do CPB, declarou o seguinte: na data e
horário acima, o noticiante conduzia a motocicleta HONDA NXR 160
BROS ESDD, ano/modelo 2017, placa OFF 8522, cor vermelha,
chassi 9C2KD0810HR422428, licenciada em nome de MARIA LEIDIJANE
DE S GARRIDO DE ANDRADE, pelo bairro Cabo Branco, Coremas/PB,
próximo a oficina de Zé Nilton Pintor, quando uma caminhonete de
marca D20, de cor branca ao sair do interior de uma oficina
invadindo a rodovia atingiu com a carroceria o noticiante, que
foi socorrido pelo proprietário da caminhonete para o hospital
local, que devido ao acidente, fraturou o braço e ombro direito,
conforme laudo em anexo. Nada mais a consignar.

Notificante

Policial Responsável pelo Registro
Matrícula: 168.557-1

Digital



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : Nº 044.686.744



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

EMANOEL CAVALCANTE LEITE
SIT CRUZ DA TEREZA S/N RESIDENCIA
COREMAS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1036341-4

REFERÊNCIA

MAI/2020

APRESENTAÇÃO

22/05/2020

CONSUMO

28

VENCIMENTO

29/05/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 24,78

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

EMANOEL CAVALCANTE LEITE

Roteiro: 13-153-660-6240

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 06/07/2020

VENCIMENTO

29/05/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 24,78

MATRÍCULA

1036341-2020- 05-9



Assinado eletronicamente por: YURE PEREIRA GOMES - 20/08/2020 13:27:26

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082013272618800000031994888>

Número do documento: 20082013272618800000031994888

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **MANOEL CAVALCANTE LEITE**

DOCUMENTOS / CATEGORIA: **363413** **AB** **78**

CPF: **139.401.964-02** DATA NASCIMENTO: **20/08/1955**

Função: **MANOEL CAVALCANTE DA SILVA**
PALESTRA LEITE
CAVALCANTE

Prescrição: **22/04/2018** ACC: **20/10/1976** CEMSA: **D**

02861284760

744778210

PROIBIDO PLASTIFICAR

744778210

Assinatura do Portador: *Manoel Leite*

LOCAL: **STANCO, PB** DATA EMISSÃO: **25/04/2013**

Assinatura do Emissor: *Rodrigo Carvalho* 72138608314
78026252902

DETRAN - PB (PARAIBA)





HOSPITAL REGIONAL DE JANDUÍHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Prontuário: 101106

Ocorrência: ACIDENTE DE TRANSITO (MOTO)

Data/Hora 27/9/2017 20:02:39

Servidor do Dr.:

Paciente EMANOEL CAVALCANTE LEITE

Idade: 62 Sexo M

Filiação

Pal: MANOEL CAVALCANTE DA SILVA
Mãe: PALMEIRA LEITE CAVALCANTE

Endereço

Cidade: COREMAS - PB - 58770-000 - 2504801
Endereço: CRUZ DA TEREZA
Bairro: CABO BRANCO
Naturalidade: COREMAS - PB
Fone: (83)99688-8941

N.:

Documentos

CNS: 700-4044-4114-7644
Identidade: 363413
CPF:
Reg. Nasc.:

Informações adicionais

Nascimento: 30/8/1955
Cor: PARDA
Estado Civil: CASADO(A)
Profissão: MOTORISTA

Responsável:

Emanuela Maria Cavalcanti Leite

ANAMNESE: (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

*Lesão no p/p da perna
traumática M.C.*

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

*Do + de fratura
na E + Puntos pontos de*

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico:

Fratura de tíbia e fíbula

Motivo da Alta:

Resultado: () Saliu Curado () Melhorado () Falecido () Transferido Em, ____/____/____

Recepcionista: ELMA

*Dr. Adriano Nunes de Lacerda
Traumato, Ortopedia e F. Cirúrgica
CRM-PA 303915-07-123*

Scanned by CamScanner





ESTADO DA PARAÍBA
Hospital e Maternidade "ESTEVAM MARINHO"
SECRETARIA DA SAÚDE

Para: Emanuel C. Leite, 62 anos
Dr. Marcelo
PO H. R. P.

(An. Intepredista.)

Encaminho o paciente
atua de acidente
(colisão moto - carro)
na t. h., apresentando
lesões em mmii e mss.
apresentando dor intensa
em msd.

AO Rx: Fratura transverse
completa acometendo 1/3
proximal e polo anterior
de um dos membros, associada
a deslocamento.

Solicito requisição e
conduta. Grato.

Coremas-PB, 27/09/17 11:00

FUMAR FAZ MAL À SAÚDE

"PEDIMOS AOS MÉDICOS QUE MELHOREM SUA LETRA"

CARTÓRIO ÚNICO OFÍCIO DE COREMAS/PB
Rua Manoel Cavalcante, 306, Centro, Coremas - PB

AUTENTICAÇÃO
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi
exibido. Dou fé. (Art.365-III do CPC)
Coremas/PB - 14/11/2017
Selo Digital: AFY85571-54EP
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Emol R\$2,22 Farpen R\$0,27 MP R\$0,04 Fepj R\$0,55

Patricia Valliny F. de Lima Leite
CPF: 074.422.994-40
Cartório Tab. Severino Lucas
Coremas-PB

Uma

Scanned by CamScanner





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL E MATERNIDADE ESTEVAM
MARINHO_ COREMAS _ PARAÍBA
CNPJ: 08.778.268/0021-04

Paciente: Emanuel Cavalcanti Lopes
Idade: 62 anos
Data do exame: 27/09/17

RADIOGRAFIA DO TÓRAX EM PA

Fratura complexa transversa completa acometendo o terço proximal , bem como o colo anatômico do úmero direito, associado a desalinhamento e cavalgamento de sua extremidades , além de fragmentos ósseos cominutivos em partes moles.


Dra. Pâmela Garrido Cavalcanti
Médica Radiologista
CRM/PB 6893

Scanned by CamScanner





ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-I)

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS)

NOME: HOSPITAL E MATERNIDADE "ESTEVAM MARINHO"

CÓDIGO DA UNIDADE: 000.312-3

CNPJ: 08.778.268/0021-04

END.: RUA JOÃO FERNANDES LIMA

BAIRRO: POMBALZINHO

MUNICÍPIO: COREMAS

ESTADO: PARAIBA

UF: 25

CEP: 58.770-000

NOME: Emanuel C. Leite PACIENTE

PROFISSÃO: Art. de documentarista

DOCUMENTO

END.: FORUM da Terra

BAIRRO:

MUNICÍPIO:

ESTADO:

CÓDIGO IBGE MUNICÍPIO: 2504801

CNS:

DATA DE NASCIMENTO: 30, 08, 57

DATA DO ATENDIMENTO**CARÁTER DO ATENDIMENTO:**

RACA/COR:

SEXO:

DADOS CLÍNICOS

MATERIAL A EXAMINAR

EXAMES SOLICITADOS

Rx du forax

[illegible]

C/D - 10:

PROFISSIONAL

CBO

CNS

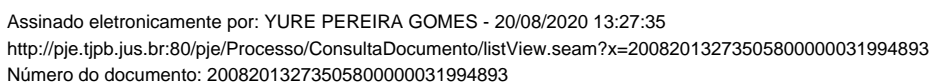
CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL

ASSINATURA DO PACIENTE

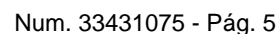
OU POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASSINATURA DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



Scanned by CamScanner





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: GOMES CAVALCANTE		Nº prontuário
Data da Cirurgia: 05/10/2019	Enf.	Leito
Cirurgião: Dr. FÁBIO SPÉ	1º Auxiliar: Dr. WILSON	
Anestesiista: Dr. JOSEVISON	Tipo de Anestesia: BLOQUEIO PERIDURAL	
Diagnóstico Pré-Operatório: FRATURA UMCN PROXIMAL DÍGITO		
Tipo de Cirurgia: OSTEOSINTÊSE UMCN PROXIMAL DÍGITO		
Diagnóstico Pós Operatório: IBOEM		
Relatório Imediato do Patologista: NÃO		
Exame Radiológico no Ato: NÃO		
Acidente Durante a Cirurgia: NÃO		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Visceras
1. PACIENTE EM DECÚBITO PRONA NA CIRURGIA
2. ASSISTIDA POR ANESTESIA
3. CUIDADO COM O CÍRCULO
4. VÍDEO DE ACESSO ORTODONTICAMENTE UMCN
5. REDUÇÃO COM O OSTEOSINTÊSE UMCN PROXIMAL DÍGITO COM PLACA T 4.5 e 6 PARAFUSOS COM 3.5
6. GASTOS 6.5
7. IRRADIAR O FEMORAL DE 3
8. SUTURA DO PNEU

Dr. Fábio Spé
Ortopedia e Traumatologia
CRM 119

Scanned by CamScanner





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO

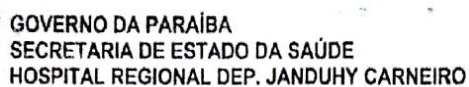


REQUISIÇÃO DE PARECER

NOME: <u>Emanuel Cavalcante</u>	
DA CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	ENFERMARIA <u>Amarela</u>
A CLÍNICA <u>Ortopedia</u>	LEITO <u>10</u>
MOTIVO DA CONSULTA: (ESPECIFICAR OS DADOS SOBRE OS QUAIS DESEJA OPINIÃO E NUMERAR OS PRINCIPAIS SINTOMAS DO ENFERMO)	
<u>Risco cirúrgico!</u>	
DATA	ASSINATURA DO MÉDICO CONSULTANTE
PARECER: <u>Paciente sem fixação radiológica.</u> <u>Neop Comorbididade PA = 130 x 80 mm</u> <u>ECG = Normal</u> <u>Risco Cirúrgico = Baixo Risco</u>	
<u>29/04/17</u> DATA	<u>Klauber M. de França</u> <u>Cardiologia / Geriatria</u> <u>CRM 4890</u> ASSINATURA DO MÉDICO ESPECIALISTA

Scanned by CamScanner

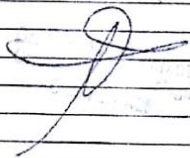




EVOLUÇÃO CLÍNICA ENFERMARIA

PACIENTE: Emanuel Cavasante Leite

LEITO: _____
REG.: _____

DATA	HORA	
04/10/15		1. DPO Otomática (vero fix.) (P) FD 2 po de sujeción mediodía en: ATB + oboque 

Scanned by CamScanner



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL					
PACIENTE <i>Emanuel Cavalcante Leite</i>					
DT.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	GOVERNO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE  HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO
6-	05	SUS	62 anos	103196	
CIRURGIÃO		CIRURGIÃO			
<i>Dr. Amg. Frat. - Amaro (E)</i>		<i>Dr. Roberto Spai</i>			
ANESTESIA		ANESTESISTA			
<i>bloqueio</i>		<i>Dr. Juliano</i>			
INSTRUMENTADORA		DATA	INÍCIO	FIN	
<i>valdir</i>		<i>05-09-17</i>	<i>15:45h</i>		

MATERIAL			
QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
1	TX. de Instrumentador	1	Equipo p/ soro e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão	4	Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue	1	Lâmina de Bisturi
1	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
1	TX. Sala		Seringa 5 ml
1	TX. Bisturi Elétrico	4	Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico	1	Seringa 20 ml
1	TX. Oxímetro de Pulso	1	Eletrodos desc.
	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembital		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nesogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno Penrose
1	Xilestese a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
1	Xilocaina a 2%		Esparradrapo
1	Etodimidate		Xilocaina Gel
	Ketalar	1	Álcool 70%
	Pubicovina 0,5%	1	PVPI Tintura
	Dimorf	1	Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Cidex
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Aguilha descartável
1	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
1	Gefalotina 19g <i>cefa zolera</i>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Piasil <i>Andasil</i>		Cat-gut simples 0 c/ agulha
1	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
1	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Aguilha de Raque-Descartável <i>5 cm</i>		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbotate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		

Scanned by CamScanner





HOSPITAL REGIONAL DEPUTADO JANDUHY CARNEIRO
SECRETARIA DE SAÚDE

FOLHA DE ANESTESIA		Hospital	Enfermaria	Leito	Nº Prontuário	
Nome		Emergentes	Idade	Sexo	Cor	
Data		Pressão Arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso
05/10/14		140 x 50	90	28%	36	
Tipo Sanguíneo		Hemácias	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia
		Não	12			
Urina						
Sistema Respiratório		Asma				
NDN		Bronquite				
Sistema Circulatório		Eletrocardiograma				
NDN		23				
Sistema Digestivo		Dentes				
Agua > 2h		Pescoço				
Estado Mental		Alarxicos				
Ansioso		Corticoides				
Eletrocardiograma Pré-Operatório		Alergia				
Frec. unino (E)		Hipotensores				
Antesores		Estado Físico				
		Risco				
Medicação Pré-Anestésica		Aplicada às				
		Efeito				
Agentes Anestésicos		INDUÇÃO				
02		Satisf. Excit. Tosses				
Liquido		Laringo Espasmo Lento				
500-500		Náuseas Vômitos				
38 38 38		Outros				
260		MANUTENÇÃO				
240		Cefalotina (2) Dexametasona (1)				
220		Diprione (1) Ordenamento (1)				
200		Dexametasona (1) Midazolam (1)				
180		Anestesia Satisf. Sim Não				
160		Não, porque?				
140		DESPERTAR				
120		Reflexos na SO				
100		Obstr. CO2 Excit.				
80		Náuseas Vômitos				
60		Outros				
40		Com cânula				
20		para o leito sim não				
Simbolos e Anotações		CONDIÇÕES				
Posição						
Cadeira de operac						
Agentes		Cânula				
Necace 95%, C2 20ml + Lidocaine 1% C2 20ml + Lidocaine 1% 50mg						
Técnica						
Bloqueio pleio braquial						
Operação						
Tet. cinipres frad. de unino (E)						
Cirurgião						
Fábio						
Anestesista						
F. Lúcio						
Observações						
Necace 95% em solo, Alente 2; c2 20ml, 95: 130 x 10						
Anotar no verso, as complicações Pré-operatórias e Pós-operatórias						
TCSO SpO2 98% alter. maior importante						

Dr. J. J. O. de Sousa
Médico Anestesiologista
CRM/PA 0007 CRM/RN 8300

Scanned by CamScanner

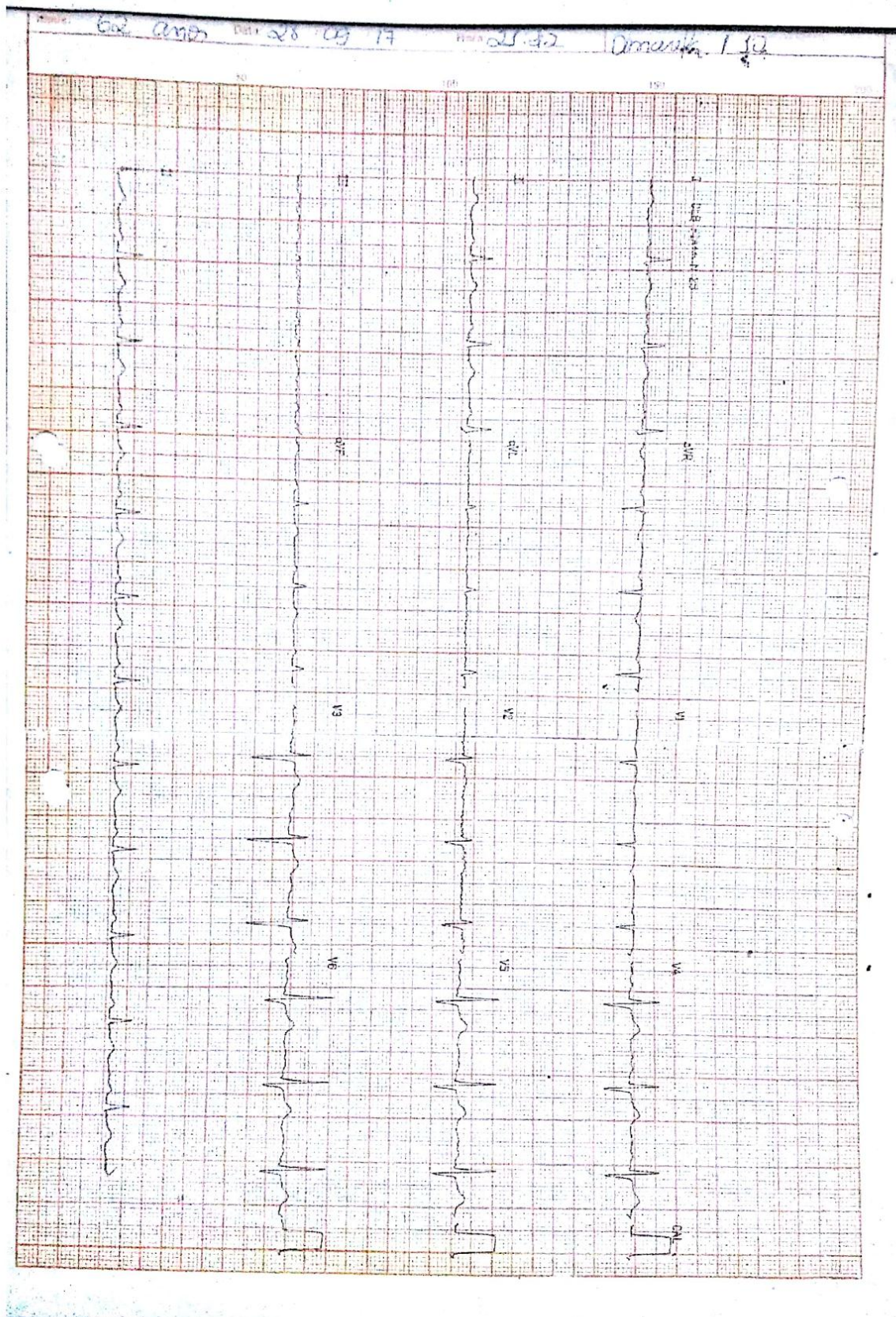


Assinado eletronicamente por: YURE PEREIRA GOMES - 20/08/2020 13:27:35

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082013273505800000031994893

Número do documento: 20082013273505800000031994893

Num. 33431075 - Pág. 10



Scanned by CamScanner





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"

Autorizo o paciente
a realizar Tratamento
com apelo para
proteção de vida

Dr. Leonardo Monteiro
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6613 - TEOT 12.001

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

Scanned by CamScanner



Rio de Janeiro, 25 de Abril de 2018

Carta nº: 12701517

A/C: EMANOEL CAVALCANTI LEITE

Nº Sinistro: 3180061044
Vitima: EMANOEL CAVALCANTI LEITE
Data do Acidente: 27/09/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: EMANOEL CAVALCANTI LEITE

Valor: R\$ 4.725,00

Banco: 001

Agência: 000002001-X

Conta: 0000023411-7

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 =	R\$	4.725,00
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01855/01856 - carta_15R - INVALIDEZ

00030928



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Emanuel Cavalcanti Leite, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 139.401.984-04 e RG 363.413, residente e domiciliado no Sítio Cruz da Terça, SIN, Brejozinhos - PB

OUTORGADA: **YURE PEREIRA GOMES**, ADVOGADO, inscrito na OAB-PB sob o número 20.152, com escritório profissional a Rua Jarbas Moura, 46, Belo Horizonte, Patos - PB.

PODERES: Por este Instrumento Particular de procuração o OUTORGANTE nomeia e constitui seu(a) bastante procurador(a), o outorgado(a), a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula ad judicium et extra, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-lo nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, podendo o dito(a) procurador(a) praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do mandato ora outorgado, tais como: Contestar, ingressar com ação que julgar conveniente e necessária, recorrer em qualquer fórum ou instância, transigir, concordar, discordar, desistir, firmar compromissos (NÃO POSSUI PODERES PARA RECEBER DINHEIRO/PECUNIA OU DAR QUITAÇÃO EM NOME DO OUTORGANTE), agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer no presente mandato, com ou sem reserva de poderes, em especial para representá-lo e defendê-lo perante QUALQUER ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO, EM QUALQUER ORGÃO ADMINISTRATIVO COMO INSS, PBPREV, DNOCS, IBGE, _____, movido a favor do outorgante, do qual a mesma se compromete a levar as testemunhas para os atos processuais independentemente de intimações (nos termos do §2, do art. 455, do NCPC).

Brejozinhos - PB, 18 de Junho de 20 20.

→ Emanuel Cavalcanti Leite
Outorgante

ISENTO DE RECONHECIMENTO DE FIRMA, FACE A LEI No. 8.952/94, QUE DA NOVA REDAÇÃO AO ART. 38 DO CPC.

Testemunha 01 : _____ CPF _____

Testemunha 02 : _____ CPF _____



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Vara Única de Coremas

Rua João Fernandes de Lima, S/N, Pombalzinho, COREMAS - PB - CEP: 58770-000 - ()

Processo: 0800535-67.2020.8.15.0561

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[Indenização por Dano Moral, Acidente de Trânsito]

AUTOR: EMANOEL CAVALCANTI LEITE

Advogado do(a) AUTOR: YURE PEREIRA GOMES - PB20152

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos.

DEFIRO a gratuidade da justiça à parte autora.

Diante da improvável autocomposição nesta fase preliminar, deixo de designar audiência de conciliação.

1) **CITE-SE** a parte ré para contestar no prazo legal, sob pena de revelia, e para depositar em Juízo os honorários da Perita, sob pena de constrição via BACENJUD. Deverá com a contestação juntar os documentos que instruíram o procedimento administrativo, apresentar quesitos e recolher os honorários periciais.

2) Com a contestação, **INTIME-SE** a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 dias úteis.



3) NOMEIO a médica perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CRM/PB n.4183, cadastrada no TJPB/Convênio, e **FIXO** honorários no valor de R\$370,00 (trezentos e setenta reais) a serem pagos pela parte ré (Res./CNJ n.º232/2016).

4) OFICIE-SE a médica perita para realizar perícia, em conjunto com outros processos, na parte interditanda, devendo ser designada data com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, diante da necessidade de intimação da parte a ser periciada e as providências de seu deslocamento (art. 156, §5º do CPC/2015). Conste o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização. Anexem-se ao ofício os quesitos do Juízo e das partes.

Os quesitos do Juízo são os estabelecidos no Convênio.

4) Com a data da perícia, **INTIME-SE** pessoalmente a parte autora para realizá-la levando todos os exames, notas fiscais de remédios, atestados, documentos pessoais etc.

6) Com a entrega do laudo, **EXPEÇA-SE** alvará de levantamento dos honorários periciais em favor da Médica Perita e **INTIMEM-SE** as partes do laudo.

7) Por fim, **FAÇA-SE** conclusão para Sentença.

COREMAS/PB, data da assinatura digital.

Odilson de Moraes
Juiz de Direito

(assinado mediante certificado digital)

